



Renascença
Notícia e Informação da vida

Especialistas têm dúvidas sobre propostas do Governo

Alterações vão entrar em vigor a 1 de Junho, um mês antes do previsto, mas não têm efeitos retroactivos

Vários especialistas têm dúvidas sobre medidas do IRS apresentadas pelo Governo e que vão entrar em vigor a 1 de Junho.

O Executivo já garantiu que as taxas adicionais de IRS não vão ter efeitos retroactivos e antecipa em um mês a sua aplicação.

Apesar das tentativas de explicações do primeiro-ministro e do Ministério das Finanças, permanecem dúvidas entre aqueles que todos os dias se dedicam a matérias fiscais sobre a legalidade da proposta, a forma como será aplicada e quais as consequências.

Os especialistas ouvidos pela Renascença têm ainda muitas perguntas sem resposta. Por exemplo, Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, deixa a questão: como vai ser com os benefícios fiscais?

E nas repartições de Finanças, o sindicato dos Trabalhadores dos Impostos não prevê grandes dificuldades no tratamento da informação relativa à maioria dos contribuintes, apesar de ter as taxas de IRS alteradas a meio do ano. Ainda assim, para quem passa recibos verdes, segundo Hélder Ferreira, a situação pode ser mais complicada.

Já quanto à legalidade da medida e depois da garantia de que não haverá efeitos retroactivos, o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro, explica que não há qualquer ilegalidade.

Quanto a antecipação em um mês da entrada em vigor das taxas adicionais de 1% e de 1,5% para quem ganha mais de 1300 euros por mês, o fiscalista Tiago Caiado Guerreiro considera que se trata de uma forma de amealhar mais dinheiro com os subsídios de férias.

Mas com as contas do Estado, no estado em que estão, não há grandes alternativas, dizem estes especialistas.

Ainda assim, Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, diz que não podem ser sempre os mesmos a pagar a crise. Há que intensificar a luta contra a evasão fiscal.